

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	65
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	68
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	69
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>97.112</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
1	Ativo Total	2.570.113	2.947.130
1.01	Ativo Circulante	809.595	1.097.489
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	61.681	131.528
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.934	99.474
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.934	99.474
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e recursos Vinculados	1.934	99.474
1.01.03	Contas a Receber	355.046	437.209
1.01.03.01	Clientes	352.697	434.860
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	352.697	434.860
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.349	2.349
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	2.349	2.349
1.01.04	Estoques	7.590	7.402
1.01.06	Tributos a Recuperar	163.841	101.473
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	163.841	101.473
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	219.503	320.403
1.01.08.03	Outros	219.503	320.403
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	122.929	127.186
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	35.827	94.347
1.01.08.03.04	Outros créditos	60.747	98.870
1.02	Ativo Não Circulante	1.760.518	1.849.641
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	794.856	942.660
1.02.01.04	Contas a Receber	57.507	54.517
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	57.507	54.517
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.452	27.209
1.02.01.07.01	Créditos tributários	40.452	27.209
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	696.897	860.934
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	382.199	413.383
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	85.597	81.572
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	151.197	136.028
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	5.210	109.062
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	49.092	97.567
1.02.01.10.09	Outros créditos	23.602	23.322
1.02.02	Investimentos	493	492
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	493	492
1.02.03	Imobilizado	18.096	18.372
1.02.04	Intangível	947.073	888.117
1.02.04.01	Intangíveis	947.073	888.117
1.02.04.01.03	Intangíveis	886.377	868.605
1.02.04.01.04	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	60.696	19.512

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2	Passivo Total	2.570.113	2.947.130
2.01	Passivo Circulante	731.898	977.127
2.01.02	Fornecedores	213.928	285.007
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	213.928	285.007
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	303.652	386.891
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	248.685	279.764
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.350	17.530
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	227.335	262.234
2.01.04.02	Debêntures	54.967	107.127
2.01.05	Outras Obrigações	214.318	305.229
2.01.05.02	Outros	214.318	305.229
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	321	262
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	63.303	99.799
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	7.350	8.075
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	28.581	30.287
2.01.05.02.08	Benefícios pós emprego	4.041	4.041
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	10.072	8.019
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	14.798	40.052
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	10.850	4.029
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	33.463	33.097
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	573	843
2.01.05.02.17	Outros passivos	27.739	63.498
2.02	Passivo Não Circulante	1.282.487	1.375.634
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	718.302	806.963
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	365.627	543.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	244.909	237.981
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	120.718	305.340
2.02.01.02	Debêntures	352.675	263.642
2.02.02	Outras Obrigações	545.757	545.552
2.02.02.02	Outros	545.757	545.552
2.02.02.02.03	Fornecedores	7.161	6.671
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	84.497	82.573
2.02.02.02.06	Benefícios pós emprego	31.640	34.946
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	12.433	13.999
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	434	12.400
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros derivativos	3.925	0
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	752	873
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	402.687	388.471
2.02.02.02.15	Outros passivos	2.228	5.619
2.02.04	Provisões	18.428	23.119
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.428	23.119
2.03	Patrimônio Líquido	555.728	594.369
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717
2.03.02	Reservas de Capital	1.097	1.020

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2022</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2021</b>
2.03.02.07	Reserva de capital	1.097	1.020
2.03.04	Reservas de Lucros	29.029	76.802
2.03.04.01	Reserva Legal	29.029	29.029
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	47.773
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.055	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-18.170	-18.170

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	436.036	962.526	472.587	969.087
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-385.751	-787.267	-413.079	-810.530
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-209.392	-461.819	-261.506	-515.645
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-70.896	-140.801	-82.724	-160.311
3.02.03	Pessoal e administradores	-21.822	-41.997	-18.477	-36.923
3.02.04	Benefício Pós Emprego	-406	-803	-398	-734
3.02.05	Material	-3.961	-6.834	-2.305	-4.089
3.02.06	Serviços de terceiros	-10.318	-20.074	-7.935	-15.847
3.02.07	Amortização e depreciação	-15.400	-30.407	-14.939	-29.987
3.02.08	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-2.934	-6.234	-1.826	-1.953
3.02.09	Custo de construção	-50.140	-79.639	-22.616	-43.789
3.02.11	Outros	-482	1.341	-353	-1.252
3.03	Resultado Bruto	50.285	175.259	59.508	158.557
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.748	-49.830	-21.488	-39.257
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.271	-46.180	-23.030	-44.367
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-685	-732	-2.941	-4.752
3.04.02.02	Benefício Pós Emprego	-418	-823	-560	-1.105
3.04.02.03	Material	-1.944	-3.788	-1.845	-3.395
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-15.906	-29.320	-13.513	-28.292
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-1.852	-3.437	-1.367	-2.705
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-1.150	-4.691	1.404	2.330
3.04.02.07	Outras	-1.316	-3.389	-4.208	-6.448
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	168	2.443	7.947
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.477	-3.818	-901	-2.837
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25.537	125.429	38.020	119.300
3.06	Resultado Financeiro	-17.138	-24.346	-10.608	-17.151
3.06.01	Receitas Financeiras	37.460	65.130	89.870	101.643
3.06.01.01	Receita de aplicação financeira	6.128	11.722	1.846	3.030

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	7.422	14.398	7.339	14.507
3.06.01.04	Tributos s/ receita financeira	-1.827	-3.176	-4.383	-4.957
3.06.01.06	Atualização Financeira de Ativos Setorias	9.393	12.210	809	1.167
3.06.01.07	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	8.384	15.311	77.949	78.039
3.06.01.08	Outras receitas financeiras	7.960	14.665	6.310	9.857
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.598	-89.476	-100.478	-118.794
3.06.02.01	Encargos da dívida - juros	-16.129	-30.239	-8.205	-15.208
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-40.485	39.888	63.024	17.841
3.06.02.04	Marcação a mercado derivativos	-15.195	-15.640	3.712	-12.591
3.06.02.05	Marcação a mercado dívida	13.956	14.867	-4.063	12.221
3.06.02.06	Atualização Financeira de Passivos Setorias	-645	-672	-74	-139
3.06.02.07	Atualização P&D e PEE	-289	-572	-258	-414
3.06.02.08	Atualização contingência	265	1.540	-528	-1.344
3.06.02.09	Instrumentos financeiros	15.311	-76.617	-71.975	-28.540
3.06.02.10	Transferência para ordem em curso	644	1.078	71	113
3.06.02.11	Ajuste a valor presente	399	599	109	233
3.06.02.12	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-7.611	-14.216	-77.949	-78.039
3.06.02.13	Outras despesas financeiras	-4.819	-9.492	-4.342	-12.927
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.399	101.083	27.412	102.149
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.426	-33.465	-5.989	-31.390
3.08.01	Corrente	-4.781	-46.708	-23.106	-28.020
3.08.02	Diferido	2.355	13.243	17.117	-3.370
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.973	67.618	21.423	70.759
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.973	67.618	21.423	70.759
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	61,57	697,09	220,86	729,47
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
3.99.02.01	ON	61,57	697,09	220,86	729,47



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	5.973	67.618	21.423	70.759
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.973	67.618	21.423	70.759

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	153.145	58.794
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.372	140.714
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	67.618	70.759
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	33.465	31.390
6.01.01.03	(Receitas) Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-33.924	-15.395
6.01.01.04	Amortização e depreciação	33.844	32.692
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	6.234	1.953
6.01.01.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	2.002	479
6.01.01.07	Marcação a mercado da dívida	-14.867	-12.221
6.01.01.08	Instrumentos financeiros derivativos	76.617	28.540
6.01.01.09	Ativo financeiro indenizável da concessão	-7.766	-3.998
6.01.01.10	Ganho na alienação de bens do imobilizado	304	-6.307
6.01.01.11	Marcação a mercado derivativos	15.640	12.591
6.01.01.12	Programa de remuneração variável - ILP	205	231
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.227	-81.920
6.01.02.01	Diminuição de consumidores e concessionárias	73.262	10.486
6.01.02.02	(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber	0	-385
6.01.02.03	(Aumento) de estoques	-188	-425
6.01.02.04	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	675	0
6.01.02.07	(Aumento) de cauções, depósitos vinculados e judiciais	-4.025	-6.570
6.01.02.08	(Aumento) diminuição de ativos financeiros setoriais	83.699	-50.178
6.01.02.09	(Aumento) de tributos a recuperar	-14.474	-4.302
6.01.02.10	Valor recebido pelos títulos cedidos ao FIDC	0	3.535
6.01.02.11	Diminuição de outros créditos a receber	33.064	9.433
6.01.02.12	(Diminuição) de fornecedores	-82.726	-5.499
6.01.02.13	Aumento de obrigações estimadas	2.053	1.198
6.01.02.15	Aumento de impostos e contribuições sociais	-4.432	23.064
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-62.134	-15.751
6.01.02.18	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-5.153	-2.809
6.01.02.19	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-1.947	-29.471
6.01.02.20	(Diminuição) de outras contas a pagar	-43.901	-14.246
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	20.396	93.520
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	109.262	146.762
6.02.03	Aplicações no intangível e imobilizado	-89.491	-55.131
6.02.04	Alienação de bens do imobilizado e intangível	625	1.889
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-243.388	-122.349
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-221.348	-74.799
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-20.208	-16.012
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	13.090	12.759
6.03.05	Novos empréstimos e financiamentos	100.993	106.042
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	-9.227	-7.235

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
6.03.10	Pagamento de dividendos	-106.277	-142.480
6.03.11	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-411	-624
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-69.847	29.965
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	131.528	69.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.681	99.194

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.020	76.802	0	-18.170	594.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.020	76.802	0	-18.170	594.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	77	-47.773	-58.563	0	-106.259
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	77	0	0	0	77
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-47.773	0	0	-47.773
5.04.10	Pagamento de dividendos intercalares	0	0	0	-58.563	0	-58.563
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.618	0	67.618
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.618	0	67.618
5.07	Saldos Finais	534.717	1.097	29.029	9.055	-18.170	555.728

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	534.717	662	109.334	0	-43.050	601.663
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	662	109.334	0	-43.050	601.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	91	-88.586	-46.869	0	-135.364
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-46.869	0	-46.869
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	91	0	0	0	91
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-88.586	0	0	-88.586
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.759	0	70.759
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.759	0	70.759
5.07	Saldos Finais	534.717	753	20.748	23.890	-43.050	537.058

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021</b>
7.01	Receitas	1.573.194	1.504.181
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.498.543	1.454.285
7.01.02	Outras Receitas	168	7.947
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	80.717	43.902
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.234	-1.953
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-808.727	-844.167
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-661.326	-743.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.108	-52.204
7.02.04	Outros	-86.293	-48.871
7.03	Valor Adicionado Bruto	764.467	660.014
7.04	Retenções	-33.844	-32.692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.844	-32.692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	730.623	627.322
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	68.306	106.600
7.06.02	Receitas Financeiras	68.306	106.600
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	798.929	733.922
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	798.929	733.922
7.08.01	Pessoal	36.602	36.441
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.769	23.911
7.08.01.02	Benefícios	12.157	10.084
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.676	2.446
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	603.705	507.592
7.08.02.01	Federais	301.026	243.723
7.08.02.02	Estaduais	302.406	263.648
7.08.02.03	Municipais	273	221
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	91.004	119.130
7.08.03.01	Juros	90.554	118.907
7.08.03.02	Aluguéis	450	223
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	67.618	70.759
7.08.04.02	Dividendos	58.563	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.055	70.759

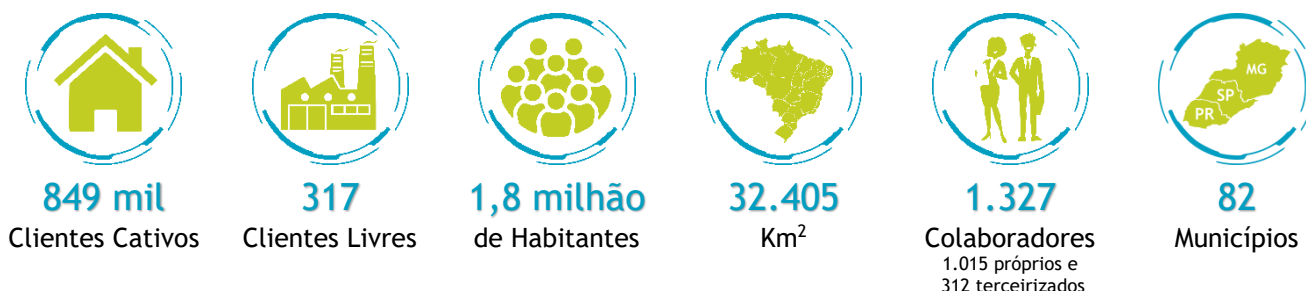
## Comentário do Desempenho

### Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 2º trimestre de 2022

**Presidente Prudente, 11 de agosto de 2022** - A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste”, “ESS” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T22) e os primeiros seis meses de 2022 (6M22). As informações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

## 1. Considerações gerais

A Companhia atende:



## 2. Desempenho econômico-financeiro

### 2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Receita Operacional Bruta	714,6	719,8	- 0,7	1.578,2	1.492,4	+ 5,7
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	664,5	697,1	- 4,7	1.498,5	1.448,7	+ 3,4
Receita Operacional Líquida	436,0	472,6	- 7,7	962,5	969,1	- 0,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	385,9	450,0	- 14,2	882,9	925,3	- 4,6
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	25,5	38,0	- 32,8	125,4	119,3	+ 5,1
EBITDA	42,8	54,3	- 21,2	159,3	152,0	+ 4,8
EBITDA Ajustado <sup>(1)</sup>	50,2	61,7	- 18,6	173,7	166,5	+ 4,3
Resultado financeiro	(17,1)	(10,6)	+ 61,6	(24,3)	(17,2)	+ 42,0
Lucro Líquido	6,0	21,4	- 72,1	67,6	70,8	- 4,4
Indicadores Operacionais						
Número de Consumidores Cativos (mil)	848,3	829,0	+ 2,3	848,3	829,0	+ 2,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) <sup>(2)</sup>	765,5	815,5	- 6,1	1.618,9	1.676,6	- 3,4
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) <sup>(2)</sup>	1.080,5	1.104,1	- 2,1	2.282,3	2.284,6	- 0,1
Indicador Relativo						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	11,5	13,0	- 1,5 p.p.	18,0	17,2	+ 0,9 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
				30/06/2022	31/12/2021	Var. %
Ativo Total				2.570,1	2.947,1	- 12,8
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras				63,6	231,0	- 72,5
Patrimônio Líquido				555,7	594,4	- 6,5
Endividamento Líquido				846,3	631,6	+ 34,0

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

## Comentário do Desempenho

### 3. Desempenho operacional

#### 3.1. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.080,5 GWh, redução de 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O resultado foi direcionado principalmente pela classe residencial (-6,1% ou -23,4 GWh) e classe rural (-19,7% ou -18,8 GWh), que puxaram aproximadamente 90% do resultado no trimestre, com combinação de base alta, calendário menor, maior uso de GD e clima mais ameno - onda de frio em regiões de SP em mai/22 e jun/22, após clima seco em 2021. No rural, pesou ainda efeito do recadastramento de clientes (REN 901 da ANEEL de 2020). A classe industrial cresceu +3,4% (10,8 GWh) no 2T22, com destaque para alimentícios (ligados à açúcar e cítricos) e peças para veículos. Na concessão, a classe comercial (3,2% ou 5,9 GWh) e outros (1,6% ou 1,9 GWh) também apresentaram crescimento, orientadas pela retomada das atividades presenciais e consumo de energia do poder público.

A composição do mercado nos últimos trimestre e exercício foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
<b>Residencial</b>	363,2	386,6	- 6,1	783,9	804,5	- 2,6
<b>Industrial</b>	330,4	319,6	+ 3,4	687,6	668,3	+ 2,9
✓ Cativo Industrial	61,3	68,0	- 9,8	122,7	137,4	- 10,7
✓ Livre Industrial	269,1	251,7	+ 6,9	564,9	530,9	+ 6,4
<b>Comercial</b>	192,8	187,0	+ 3,2	416,4	394,5	+ 5,6
✓ Cativo Comercial	154,2	156,0	- 1,1	332,1	329,8	+ 0,7
✓ Livre Comercial	38,7	31,0	+ 24,8	84,3	64,7	+ 30,3
<b>Rural</b>	76,6	95,4	- 19,7	157,3	177,0	- 11,1
<b>Outros</b>	117,4	115,6	+ 1,6	237,1	240,2	- 1,3
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>765,5</b>	<b>815,5</b>	<b>- 6,1</b>	<b>1.618,9</b>	<b>1.676,6</b>	<b>- 3,4</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	314,9	288,7	+ 9,1	663,4	607,9	+ 9,1
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.080,5</b>	<b>1.104,1</b>	<b>- 2,1</b>	<b>2.282,3</b>	<b>2.284,6</b>	<b>- 0,1</b>
4 Fornecimento não faturado	(18,7)	(22,6)	- 17,3	(14,6)	(32,2)	- 54,6
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>1.061,8</b>	<b>1.081,5</b>	<b>- 1,8</b>	<b>2.267,7</b>	<b>2.252,3</b>	<b>+ 0,7</b>

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.


A Companhia encerrou o ano com 848.276 unidades consumidoras cativas, número 2,3% superior ao registrado no fim do 2T21 e com 317 consumidores livres.

#### 3.2. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

Na Companhia o indicador de junho de 2022 fechou em 5,78%, incremento de 0,11 e queda de 0,54 pontos percentuais em relação a março de 2022 e junho de 2021 respectivamente. A empresa se mantém abaixo do limite regulatório, com um delta de 1,04 pontos percentuais neste trimestre.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
jun/21	mar/22	jun/22	jun/21	mar/22	jun/22	jun/21	mar/22	jun/22	
6,08	5,92	5,81	0,24	-0,25	-0,03	6,31	5,67	5,78	6,82 

Perdas Técnicas (GWh)			Perdas Não-Técnicas (GWh)			Perdas Totais (GWh)			Var. (%) <sup>(1)</sup>
jun/21	mar/22	jun/22	jun/21	mar/22	jun/22	jun/21	mar/22	jun/22	
305,6	299,7	294,5	11,9	-12,5	-1,5	317,5	287,2	293,1	+ 2,0

(1) Variação junho de 2022/ março de 2022. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



## Comentário do Desempenho

### 3.3. Gestão da Inadimplência

#### 3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	jun/22	jun/21	Variação em p.p.
ESS	0,14	0,04	+ 0,10



#### 3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	jun/22	jun/21	Variação em p. p.
ESS	99,00	98,77	+ 0,22

### 3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia obteve incremento de 0,75 horas no DEC e redução de 0,58 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	jun/22	jun/21	Var.(%)	jun/22	jun/21	Var.(%)		
Janela móvel 12 meses								
ESS	5,65	4,90	+ 15,3	3,40	3,98	- 14,6	7,17 	6,52 

## Comentário do Desempenho

### 4. Desempenho Financeiro

#### 4.1. Receita Operacional

No 2T22, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 664,5 milhões, ante R\$ 697,1 milhões registrados no 2T21, redução de 4,7% (R\$ 32,7 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou decréscimo de 14,2% (R\$ 64,1 milhões) no trimestre, para R\$ 385,9 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
<b>(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)</b>	<b>561,2</b>	<b>541,5</b>	<b>+ 3,6</b>	<b>1.293,1</b>	<b>1.096,7</b>	<b>+ 17,9</b>
✓ Residencial	280,7	273,1	+ 2,7	657,6	562,8	+ 16,8
✓ Industrial	45,9	48,0	- 4,3	99,7	94,0	+ 6,1
✓ Comercial	123,0	112,4	+ 9,4	285,4	231,7	+ 23,2
✓ Rural	45,9	47,8	- 4,0	102,5	88,7	+ 15,5
✓ Outras classes	65,8	60,2	+ 9,3	147,9	119,5	+ 23,8
(+) Suprimento de energia elétrica	9,8	13,8	- 28,6	33,3	21,6	+ 54,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(31,4)	(22,1)	+ 41,9	(16,9)	9,9	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	80,7	83,3	- 3,1	166,6	155,8	+ 6,9
(+) Receitas de construção	50,1	22,6	+ 121,7	79,6	43,8	+ 81,9
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(1,9)	38,7	-	(70,2)	79,6	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	26,9	29,8	- 9,8	56,6	61,1	- 7,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	4,2	1,8	+ 134,4	7,8	4,0	+ 94,2
(+) Outras receitas	14,8	10,3	+ 42,9	28,2	20,0	+ 40,6
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>714,6</b>	<b>719,8</b>	<b>- 0,7</b>	<b>1.578,2</b>	<b>1.492,4</b>	<b>+ 5,7</b>
(-) Impostos sobre vendas	176,9	188,6	- 6,2	409,2	391,5	+ 4,5
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	-	(3,4)	-	-	(5,6)	-
(-) Encargos setoriais	101,6	61,9	+ 64,2	206,5	137,5	+ 50,2
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>436,0</b>	<b>472,6</b>	<b>- 7,7</b>	<b>962,5</b>	<b>969,1</b>	<b>- 0,7</b>
(-) Receita de construção da infraestrutura	50,1	22,6	+ 121,7	79,6	43,8	+ 81,9
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>385,9</b>	<b>450,0</b>	<b>- 14,2</b>	<b>882,9</b>	<b>925,3</b>	<b>- 4,6</b>

Seguem algumas variações em R\$ milhões nos períodos:

- Crescimento de 3,6% (R\$ 19,7 milhões) nas receitas no mercado cativo no 2T22 em relação ao 2T21 (aumento de 17,9% ou R\$ 196,5 milhões em 6M22 sobre 6M21);
- Acréscimo de 134,4% (R\$ 2,4 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 2T22 em relação ao 2T21 (aumento de 94,2% ou R\$ 3,8 milhões em 6M22 sobre 6M21);
- Redução de 3,1% (R\$ 2,6 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 2T22 em relação ao 2T21 (aumento de 6,9% ou R\$ 10,8 milhões em 6M22 sobre 6M21); e
- Decréscimo de 28,6% (R\$ 3,9 milhões) no suprimento de energia elétrica a outras concessionárias no 2T22 em relação ao 2T21 (crescimento de 54,6% ou R\$ 11,8 milhões em 6M22 sobre 6M21).

## Comentário do Desempenho

### 4.2. Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 360,4 milhões no 2T22, redução de 12,5% (R\$ 51,6 milhões) em relação ao 2T21. Em 6M22, totalizaram R\$ 757,5 milhões, ou seja, decréscimo de 6,0% (R\$ 48,5 milhões) menores que os registrados em 6M21.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>280,3</b>	<b>344,2</b>	<b>- 18,6</b>	<b>602,6</b>	<b>676,0</b>	<b>- 10,8</b>
1.1 Energia comprada	209,4	261,5	- 19,9	461,8	515,6	- 10,4
1.2 Transporte de potência elétrica	70,9	82,7	- 14,3	140,8	160,3	- 12,2
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>61,3</b>	<b>53,0</b>	<b>+ 15,8</b>	<b>117,3</b>	<b>102,5</b>	<b>+ 14,5</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>57,3</b>	<b>52,5</b>	<b>+ 9,0</b>	<b>106,4</b>	<b>102,8</b>	<b>+ 3,5</b>
2.1.1 Pessoal	22,5	21,4	+ 5,1	42,7	41,7	+ 2,5
2.1.2 Benefício pós-emprego	0,8	1,0	- 14,0	1,6	1,8	- 11,6
2.1.3 Material	5,9	4,2	+ 42,3	10,6	7,5	+ 41,9
2.1.4 Serviços de terceiros	26,2	21,4	+ 22,3	49,4	44,1	+ 11,9
2.1.5 Outras	1,8	4,6	- 60,6	2,0	7,7	- 73,4
✓ Multas e compensações	2,9	0,0	+ 12.621,7	0,2	0,1	+ 271,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	-	1,3	-	-	2,2	-
✓ Outros	(1,1)	3,3	-	1,8	5,5	- 67,1
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>4,1</b>	<b>0,4</b>	<b>+ 867,8</b>	<b>10,9</b>	<b>(0,4)</b>	<b>-</b>
2.2.1 Contingências	1,2	(1,4)	-	4,7	(2,3)	-
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	2,9	1,8	+ 60,7	6,2	2,0	+ 219,2
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>18,7</b>	<b>14,8</b>	<b>+ 26,9</b>	<b>37,5</b>	<b>27,6</b>	<b>+ 35,9</b>
3.1 Amortização e depreciação	17,3	16,3	+ 5,8	33,8	32,7	+ 3,5
3.2 Outras receitas/despesas	1,5	(1,5)	-	3,7	(5,1)	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>360,4</b>	<b>412,0</b>	<b>- 12,5</b>	<b>757,5</b>	<b>806,0</b>	<b>- 6,0</b>
Custo de construção (*)	50,1	22,6	+ 121,7	79,6	43,8	+ 81,9
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>410,5</b>	<b>434,6</b>	<b>- 5,5</b>	<b>837,1</b>	<b>849,8</b>	<b>- 1,5</b>

#### ✓ Despesas com Pessoal e Benefício Pós-emprego

No trimestre, as despesas com pessoal e benefício pós-emprego atingiram R\$ 23,3 milhões, acréscimo de 4,3% (R\$ 1,0 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 6M22, as despesas totalizaram R\$ 44,4 milhões, incremento de 1,9% (R\$ 0,8 milhão).

#### ✓ Despesas com Materiais e Serviços de Terceiros

No trimestre, as despesas com materiais e serviços de terceiros atingiram R\$ 32,1 milhões, acréscimo de 25,5% (R\$ 6,5 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, explicada:

- (i) Pelo aumento de R\$ 1,0 milhão nas despesas com materiais técnicos de manutenção; e alta de R\$ 0,9 milhão com materiais de frota, sendo R\$0,6 milhão de variação com combustíveis e lubrificantes, efeito percebido devido sucessivos aumentos nos preços de mercado; e R\$ 0,2 milhão com peças, ferramentas e acessórios; e
- (ii) Pelo aumento de R\$ 2,9 milhões nas despesas com serviços de manutenção corretiva e preventiva de rede e subestações; incremento de R\$ 1,2 milhão com serviços *Intercompany* referentes à renovação de contratos com o CSE (Centro de Serviços Energisa).

No acumulado de 6M22, as despesas totalizaram R\$ 60,0 milhões, crescimento de 16,3% (R\$ 8,4 milhões).

#### ✓ Outras Despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram R\$ 1,8 milhão, redução de 60,6% (R\$ 2,8 milhões) comparado ao mesmo período do ano passado. No acumulado de 6M2022, as despesas totalizaram R\$ 2,0 milhões, decréscimo de 73,4% (R\$ 5,7 milhões), na maior parte, em função de uma reversão da provisão para uma expectativa de autuação que foi revisada.

## Comentário do Desempenho

### 4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre				Acumulado			
	2T22	2T21	Var. %	Var. R\$	6M22	6M21	Var. %	Var. R\$
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>6,0</b>	<b>21,4</b>	<b>- 72,1</b>	<b>(15,5)</b>	<b>67,6</b>	<b>70,8</b>	<b>- 4,4</b>	<b>(3,1)</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(2,4)	(6,0)	- 59,5	3,6	(33,5)	(31,4)	+ 6,6	(2,1)
(-) Resultado financeiro	(17,1)	(10,6)	+ 61,6	(6,5)	(24,3)	(17,2)	+ 42,0	(7,2)
(-) Amortização e depreciação	(17,3)	(16,3)	+ 5,8	(0,9)	(33,8)	(32,7)	+ 3,5	(1,2)
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>42,8</b>	<b>54,3</b>	<b>- 21,2</b>	<b>(11,5)</b>	<b>159,3</b>	<b>152,0</b>	<b>+ 4,8</b>	<b>7,3</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	7,4	7,3	+ 1,1	0,1	14,4	14,5	- 0,8	(0,1)
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>50,2</b>	<b>61,7</b>	<b>- 18,6</b>	<b>(11,5)</b>	<b>173,7</b>	<b>166,5</b>	<b>+ 4,3</b>	<b>7,2</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	11,5	13,0	- 1,5 p.p.		18,0	17,2	+ 0,9 p.p.	

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 188,9 milhões em junho, frente aos R\$ 439,0 milhões registrados em março de 2022. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) <sup>(1)</sup>, que apresentaram juntos saldos positivos de R\$ 125,3 milhões em junho, contra R\$ 133,7 milhões em março de 2022.

Em 30 de junho, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 846,3 milhões, contra R\$ 747,9 milhões em 31 de março de 2022. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidados passou de 1,9 vezes em março para 2,2 vezes em junho de 2022.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2022	31/03/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>	<b>330,4</b>	<b>479,5</b>	<b>351,0</b>
Empréstimos e financiamentos	248,7	381,9	279,8
Debêntures	55,0	110,6	107,1
Encargos de dívidas	10,9	8,2	4,0
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	18,3	21,4	21,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(2,4)	(42,5)	(61,3)
<b>Não Circulante</b>	<b>704,8</b>	<b>707,4</b>	<b>749,4</b>
Empréstimos e financiamentos	365,6	350,3	543,3
Debêntures	352,7	349,9	263,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	31,6	37,0	40,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(45,2)	(29,9)	(97,6)
<b>Total das dívidas</b>	<b>1.035,2</b>	<b>1.186,9</b>	<b>1.100,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	63,6	305,3	231,0
✓ Caixa e equivalentes de caixa	61,7	43,3	131,5
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	1,9	262,0	99,5
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>971,6</b>	<b>881,5</b>	<b>869,4</b>
(-) Créditos CDE	12,4	19,2	54,0
(-) Créditos CVA <sup>(1)</sup>	112,9	114,5	183,8
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>846,3</b>	<b>747,9</b>	<b>631,6</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(2)</sup>	2,2	1,9	1,7

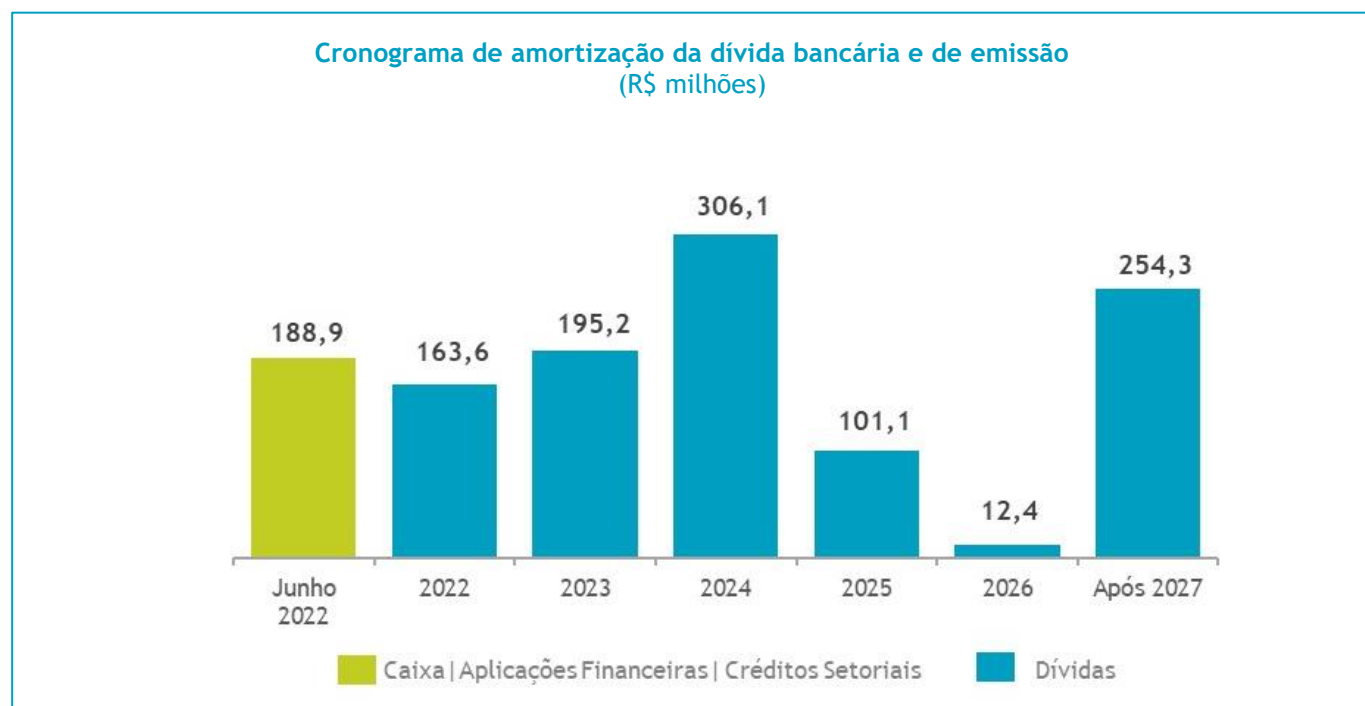
(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

## Comentário do Desempenho



### 5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 30 de junho de 2022, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



## Comentário do Desempenho

### 6. Investimentos

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T22	2T21	Var. %	6M22	6M21	Var. %
Ativo Elétrico	61,8	26,5	+ 133,0	102,0	54,4	+ 87,7
Obrigações Especiais *	10,2	5,0	+ 103,2	16,8	13,4	+ 25,2
Ativo não Elétrico	0,2	0,6	- 69,3	0,7	(3,1)	-
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>72,1</b>	<b>32,2</b>	<b>+ 124,3</b>	<b>119,5</b>	<b>64,7</b>	<b>+ 84,8</b>

(\*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

### 7. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base no balanço de 30 de junho de 2022, no montante de R\$5,7 milhões, equivalentes a R\$ 58,435525476 por ação ordinária do capital social. Os dividendos serão pagos a partir de 12 de agosto de 2022

A Administração.

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas

---

**Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às Informações Financeiras intermediárias**  
**para o período findo em 30 de junho de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “ESS”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Presidente Prudente - SP, controlada pela Rede Energia Participações S/A (“REDE”). A Companhia é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, atua em 82 municípios, sendo 71 municípios no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 município no Estado do Paraná atendendo a 848.585 consumidores em uma área de concessão de 32.405 km<sup>2</sup>. Em 05 de novembro de 2019, a Companhia obteve o registro de emissor de valores mobiliários na categoria “B”.

##### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - Racionalidade operacional e econômica; e
- IV - Modicidade tarifária.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

## Notas Explicativas

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes aos reajustes tarifários, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 25, respectivamente.

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas na imprensa em 25 de março de 2022.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2022.

### 2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

## 3. Informações por segmento

---

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.



## Notas Explicativas

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração de resultado do período reflete essa atividade.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

#### 4.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2022 equivale a 85,0% do CDI (85,0% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	18.502	19.585
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>		
Operações compromissadas	43.179	111.943
<b>Total de Caixa e equivalentes de caixa <sup>(1)</sup></b>	<b>61.681</b>	<b>131.528</b>

<sup>(1)</sup> As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

#### 4.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos públicos, fundo de renda fixa, Letra Financeira do Tesouro, CDBs, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2022 equivale a 106,2% do CDI (111,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	30/06/2022	31/12/2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	2
Fundos de Investimentos <sup>(1)</sup>	606	501
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup></b>		
Certificados de Depósitos Bancários (CDB's)	-	2.700
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1	56
Compromissadas	103	-
Fundo Multimercado	40	178
Fundo de Renda Fixa	1.064	41.907
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	32	16.293
Letra Financeira (LF)	53	8.238
Letra Financeira (LFP)	-	21
Letra Financeira (LTN)	-	337
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	33	29.064
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	177
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante <sup>(3)</sup></b>	<b>1.934</b>	<b>99.474</b>

<sup>(1)</sup> Fundo de Investimentos - são classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 100,0% a 116,1% (94,5% a 170,5% em 31 de dezembro de 2021) do CDI e média ponderada 107,6% (137,8% em 31 de dezembro 2021) do CDI.

<sup>(2)</sup> Fundo de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LF, LFP, LTN, NTNB, NTNF e são remuneradas a 101,7% do CDI Fundo BB Energisa, 116,8% do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 110,1% (107,0% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 104,7% (117,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI Fundo Zona da Mata 104,7% e do CDI Fundo Cataguases.

<sup>(3)</sup> Inclui R\$608 (R\$503 em 31 de dezembro de 2021) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Bloqueio judicial credores	328	311
Conselho do consumidor	280	192
<b>Total</b>	<b>608</b>	<b>503</b>

## Notas Explicativas

### 5. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldos a vencer			Saldos vencidos			PPECLD <sup>(2)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2022	31/12/2021
<b>Valores correntes</b>									
Residencial	36.225	-	28.612	2.646	112	538	(3.296)	64.837	96.528
Industrial	22.580	-	2.312	228	127	2.794	(2.794)	25.247	21.020
Comercial	20.931	-	5.653	619	139	1.365	(1.504)	27.203	40.038
Rural	7.610	-	2.490	274	362	490	(490)	10.736	16.048
Poder público:	5.354	-	404	1	-	2	(2)	5.759	8.076
Iluminação pública	6.080	-	53	-	-	46	(46)	6.133	10.139
Serviço público	7.101	-	24	-	-	27	(27)	7.125	9.709
Fornecimento não faturado	169.790	-	-	-	-	-	-	169.790	186.714
Arrecadação Processo Classificação	1.712	-	-	-	-	-	-	1.712	(455)
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	4.238	5.247	2.719	722	444	1.193	(4.624)	9.939	11.703
Industrial	375	1.871	131	35	52	979	(1.127)	2.316	3.105
Comercial	1.044	2.223	624	179	185	1.310	(2.509)	3.056	3.448
Rural	433	567	225	43	24	89	(389)	992	1.192
Poder público:	8	-	-	-	-	9	(9)	8	6
Iluminação Pública	36	40	-	-	-	-	-	76	-
Serviço público	20	26	-	-	-	-	-	46	17
(-) Ajuste a valor presente <sup>(1)</sup>	(130)	(691)	-	-	-	-	-	(821)	(1.146)
<b>Subtotal - clientes</b>	<b>283.407</b>	<b>9.283</b>	<b>43.247</b>	<b>4.747</b>	<b>1.445</b>	<b>8.842</b>	<b>(16.817)</b>	<b>334.154</b>	<b>406.142</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(3)</sup>	6.632	-	-	-	-	16.752	-	23.384	32.469
Outros <sup>(4)</sup>	10	-	32.130	2.673	22	18.179	(348)	52.666	50.766
<b>Total</b>	<b>290.049</b>	<b>9.283</b>	<b>75.377</b>	<b>7.420</b>	<b>1.467</b>	<b>43.773</b>	<b>(17.165)</b>	<b>410.204</b>	<b>489.377</b>
Circulante								352.697	434.860
Não Circulante								57.507	54.517

<sup>(1)</sup> **Ajuste a valor presente:** calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado, média anual de CDI 12,87% a.a. (8,76% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

<sup>(2)</sup> **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD):** constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial- 31/12/2021 e 31/12/2020	37.624	51.704
(Reversões)/Provisões constituídas no período/exercício	6.234	(12.272)
Baixa/reversão de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.453)	(1.808)
<b>Saldo final- 30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>41.405</b>	<b>37.624</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	17.165	13.384
Títulos de créditos a receber	22.162	22.162
Outros créditos (vide nota explicativa nº 9)	2.078	2.078

<sup>(3)</sup> **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

## Notas Explicativas

Composição do saldo da CCEE	30/06/2022	31/12/2021
Créditos a vencer	6.632	15.718
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	16.752	16.752
<b>Subtotal créditos CCEE</b>	<b>23.384</b>	<b>32.470</b>
(-) Aquisição de energia CCEE	(14.655)	(23.619)
(-) Encargos de serviços de sistema	(257)	(62.113)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>8.472</b>	<b>(53.262)</b>

- (4) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (5) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores. A Companhia possui R\$38.517 (R\$34.481 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (vide nota explicativa nº 19).

## 6. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	50.231	43.744
Imposto de Renda	47.810	32.263
Contribuição Social	14.832	11.459
Contribuição PIS e COFINS	20.393	25.388
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	402.804	392.033
Outros	9.970	9.969
<b>Total</b>	<b>546.040</b>	<b>514.856</b>
Circulante	163.841	101.473
Não Circulante	382.199	413.383

- (1) Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da incorporada CFLO, que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores a recolher, iniciadas em maio de 2021 e integralmente compensados em julho de 2021.

As incorporadas EBR e ENA, tiveram seus créditos habilitados pela Receita Federal em 09/06/2022 e 22/06/2022, respectivamente. Os créditos estão em processo de realização transitados em julgado em 17 de agosto de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, respectivamente.

Os montantes dos ativos de PIS e COFINS a recuperar totalizam R\$402.804 (R\$392.033 em 31 de dezembro de 2021) e no passivo não circulante R\$402.687 (R\$388.471 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 20 - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que montou em R\$15.311 (R\$77.748 em 30 de junho de 2021), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período.

Os demais itens referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## Notas Explicativas

### 7. Reajuste tarifário, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

#### 7.1 Revisão e reajuste tarifário:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.012 de 05 de julho de 2022, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 12 de julho de 2022. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 11,52%.

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

#### 7.2 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R\$/Kwh (1)	Atual R\$/Kwh (2) REH 2.888/2021 (*)	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3/2021 (**)	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 (***) (2)	Varição total (2) / (1)
Verde	-	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99	60%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,5	64%
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80	3%
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-	-

(\*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021, até 30 de junho de 2022.

(\*\*) A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica criou novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

(\*\*\*) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022 e 2021 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2022	30/06/2021
Janeiro	Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Escassez Hídrica	Amarela
Março	Escassez Hídrica	Amarela
Abril (*)	Escassez Hídrica / Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2

(\*) Vide tópico da bandeira de escassez Hídrica.

### Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R\$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

A aplicação da Bandeira de Escassez Hídrica foi finalizada em 16 de abril de 2022, conforme posição do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Ofício Circular nº6/2022-DR/ANEEL de 11 de abril de 2022.

### 7.3 Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica:

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição e será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigorará por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R\$32.072 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores. Os valores foram repassados aos consumidores durante o período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022. Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui R\$266 a receber registrado em outros créditos no ativo circulante e R\$350 como obrigação de repasse aos consumidores registrado em outros passivos no passivo circulante.

## Notas Explicativas

### 7.4 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionado.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedade, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica no 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um saldo ativo de R\$25.973 (R\$22.900 em 31 de dezembro de 2021).

Dos valores reconhecidos no resultado do período no montante de R\$3.073, R\$1.771, foi contabilizado na receita operacional bruta - Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização e R\$1.302 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

## 8. Ativos e Passivos financeiros setoriais

---

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

## Notas Explicativas

Os aditivos contratuais emitidos pela Aneel, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldos em 30/06/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Energia elétrica comprada para revenda	50.260	(47.744)	(13.705)	5.306	-	(5.883)	(523)	(5.360)	(6.251)	368
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	2.197	11.148	(2.075)	419	-	11.689	123	11.566	11.347	342
Encargo de serviços de sistema ESS <sup>(2)</sup>	114.319	(107.851)	(6.447)	2.904	-	2.925	381	2.544	2.138	787
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.056	2.513	(1.192)	184	-	5.561	70	5.491	5.399	162
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	2.691	7.338	2.907	269	(3.077)	10.128	(172)	10.300	9.823	305
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.549	60.156	(7.128)	1.294	(8.824)	53.047	422	52.625	51.491	1.556
Bandeira Tarifárias CCBRT <sup>(8)</sup>	-	(4.387)	-	-	-	(4.387)	-	(4.387)	(4.387)	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A <sup>(3)</sup>	12.860	(3.417)	(4.237)	289	-	5.495	251	5.244	5.340	155
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	27.798	18.861	(4.625)	896	(3.035)	39.895	274	39.621	38.723	1.172
Exposição de submercados CUSD	8.475	(34)	(7.081)	50	-	1.410	419	991	1.381	29
Garantias <sup>(5)</sup>	2.129	266	(2.010)	-	(4)	381	119	262	373	8
Saldo a compensar <sup>(6)</sup>	1.333	594	(575)	57	-	1.409	34	1.375	1.368	41
Outros itens financeiros <sup>(9)</sup>	2.315	2.427	681	161	(723)	4.861	(40)	4.901	4.716	145
Outros itens financeiros <sup>(9)</sup>	266	6.698	14.545	381	(20.282)	1.608	(860)	2.468	1.468	140
<b>Total ativo</b>	<b>236.248</b>	<b>(53.432)</b>	<b>(30.942)</b>	<b>12.210</b>	<b>(35.945)</b>	<b>128.139</b>	<b>498</b>	<b>127.641</b>	<b>122.929</b>	<b>5.210</b>

Passivo Financeiro Setorial	Saldos em 31/12/2021	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferências	Saldos em 30/06/2022	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A <sup>(1)</sup></b>										
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	3.077	-	-	-	(3.077)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.824	-	-	-	(8.824)	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Sobrecontratação de energia <sup>(4)</sup>	3.035	-	-	-	(3.035)	-	-	-	-	-
CUSD	4	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias <sup>(7)</sup>	16.507	7.341	(9.288)	672	-	15.232	550	14.682	14.798	434
Saldo a compensar <sup>(6)</sup>	723	-	-	-	(723)	-	-	-	-	-
Outros itens financeiros <sup>(9)</sup>	20.282	-	-	-	(20.282)	-	-	-	-	-
<b>Total passivo</b>	<b>52.452</b>	<b>7.341</b>	<b>(9.288)</b>	<b>672</b>	<b>(35.945)</b>	<b>15.232</b>	<b>550</b>	<b>14.682</b>	<b>14.798</b>	<b>434</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>183.796</b>	<b>(60.773)</b>	<b>(21.654)</b>	<b>11.538</b>	<b>-</b>	<b>112.907</b>	<b>(52)</b>	<b>112.959</b>	<b>108.131</b>	<b>4.776</b>

<sup>(1)</sup> **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

<sup>(2)</sup> **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN, constituídos em 2020, e sem movimentação nos dois primeiros trimestres de 2021, referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do Covid-19 que ocorreu durante o exercício de 2020 no montante de R\$16.461.

<sup>(3)</sup> **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

<sup>(4)</sup> **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração,



## Notas Explicativas

pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo. Conforme mencionado na nota 7.4, valores superiores ao limite de 105% estão em discussão e, portanto, ainda não foram reconhecidos.

- (5) **Garantias Financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (7) **Devoluções Tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, atualizadas mensalmente e que estão sendo amortizadas em decorrência da assinatura do Novo Termo Aditivo.
- (8) **Bandeiras Tarifárias CCBRT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCBRT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

Os valores repassados pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 30 de junho de 2022, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCBRT, tem o montante de R\$32.849 (R\$5.627 em 30 de junho de 2021).

- (9) **Outros itens financeiros:** Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu em 17 de fevereiro de 2022 a Companhia recebeu R\$675 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos.

Conta Escassez Hídrica, operações financeiras, utilização da conta de Desenvolvimento Energético - CDE - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008 de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021 e (iii) diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$44.398, dos quais R\$7.899 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$16.189 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG e R\$20.310 destinados ao diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022.

Créditos do PIS e COFINS - no processo tarifário de 2022, foram reconhecidos os créditos de PIS/COFINS referente as ações judiciais com trânsito em julgado que questionam a exclusão do ICMS da base de cálculo. O assunto ainda será matéria de regulamentação específica pela ANEEL, estando o tema em Consulta Pública de nº 05/2021. No entanto, o Despacho nº 361/2021, que em situações excepcionais, autoriza o uso antecipado a conclusão da referida Consulta Pública. No Reajuste Tarifário Anual da distribuidora, a ANEEL reconheceu o montante de R\$87.083, sendo considerados 1/12 deste valor a cada mês compensando a redução tarifária, uma vez que a distribuidora ainda não está compensando os créditos junto à Receita Federal.



## Notas Explicativas

### 9. Outros créditos

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos a empregados	1.191	1.552
Adiantamentos a fornecedores	2.631	2.677
Dispêndios a reembolsar	239	239
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	23.070	22.223
Alienação de Bens e Direitos	13.000	7.791
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa <sup>(1)</sup>	36.041	36.035
(-) AVP - Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa <sup>(1)</sup>	(11.303)	(11.579)
Despesas pagas antecipadamente	6.521	6.802
Baixa Renda - tarifa social <sup>(2)</sup>	5.830	5.856
Subvenção CDE - descontos tarifários <sup>(3)</sup>	6.521	16.089
Bônus - Reembolso do Fundo CDE <sup>(4)</sup>	266	32.072
Ordens de desativações em curso <sup>(4)</sup>	216	1.395
Outros créditos a receber <sup>(5)</sup>	126	1.040
<b>Total</b>	<b>84.349</b>	<b>122.192</b>
Circulante	60.747	98.870
Não Circulante	23.602	23.322

<sup>(1)</sup> Vide nota explicativa nº 7.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

- <sup>(1)</sup> **Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA - refere-se a créditos a receber oriundos** de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizada em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber da Celpa é de R\$36.041 entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019, após esse período o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034.
- <sup>(2)</sup> **Subvenção Baixa Renda** - referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se a provisões fevereiro e março de 2022. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial- 31/12/2021 e 31/12/2020	5.856	5.118
Subvenção Baixa Renda	15.211	26.445
Ressarcimento realizados pela CCEE	(15.237)	(25.707)
<b>Saldo final-30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>5.830</b>	<b>5.856</b>

- <sup>(3)</sup> **Subvenção CDE - descontos tarifários:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do trimestre seguinte.

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial- em 31/12/2021 e 31/12/2020	16.089	19.422
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	41.436	95.988
Ressarcimento realizados pela CCEE	(51.004)	(99.321)
<b>Saldo final- 30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>6.521</b>	<b>16.089</b>

- <sup>(4)</sup> **Ordens de alienação e desativação em curso:** refere-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos.
- <sup>(5)</sup> **Outros créditos:** inclui R\$2.078 (R\$2.078 em 31 de dezembro de 2021) referente a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

## Notas Explicativas

### 10. Transações com partes relacionadas

---

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,25% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias e empresas:

- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Multi Energisa Serviços S/A (Multi);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE);
- QMRA Participações S/A (QMRA); e
- Rede Power Holding de Energia S/A (REDE POWER).

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A; e
- Gemini Energy S/A.

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

- Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;
- Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;
- Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;
- Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e
- Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:

- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol);
- URB Energia Limpa Ltda;
- Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);
- Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);
- Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;
- Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e
- Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.

## Notas Explicativas

Transações efetuadas durante o período/exercício pela Companhia:

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita / (Despesa)	Serviços contratados (Despesa)	Debêntures - despesas financeiras	Operação com FIDC Receitas (7)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a pagar (Fornecedores)	Saldo a receber/(pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A (1 e 2)	(14.707)	-	(16.794)	-	(178.980)	(4.250)	-
Energisa Mato Grosso do Sul (3)	-	3.088	-	-	-	-	-
Energisa Soluções Construções S/A (4)	(13.437)	-	-	-	-	(5.508)	-
Energisa Soluções S/A (4)	(1.743)	-	-	-	-	(459)	-
Multi Energisa Serviços S/A (5)	(2.175)	-	-	-	-	(671)	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (6)	-	(95)	-	-	-	-	(16)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (6)	-	(100)	-	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (6)	-	(60)	-	-	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. (6)	-	(13)	-	-	-	-	-
Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A (6)	-	(3)	-	-	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (6)	-	(43)	-	-	-	-	(14)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (6)	-	(50)	-	-	-	-	(17)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A (6)	-	(14)	-	-	-	-	-
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A(8)	(255)	-	-	-	-	(255)	-
<b>30/06/2022</b>	<b>(32.317)</b>	<b>2.710</b>	<b>(16.794)</b>	<b>-</b>	<b>(178.980)</b>	<b>(11.143)</b>	<b>(47)</b>
<b>31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(226.944)</b>	<b>(7.558)</b>	<b>136</b>
<b>30/06/2021</b>	<b>3.662</b>	<b>(27.878)</b>	<b>(13.276)</b>	<b>3.535</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) **Energisa S/A** - refere-se a serviços rotinas administrativas complementares aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses e foi prorrogado em 23 de março de 2022 por mais 6 meses, conforme Despacho nº 751, em 18 de março de 2022, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

**Energisa S/A - serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$2.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

(2) **Energisa S/A - Debêntures:** A Companhia efetuou a 1ª, 3ª e 6ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 30 de junho de 2022 o valor atualizado é de R\$178.980 (R\$226.944 em 31 de dezembro de 2021).

(3) **Energisa Mato Grosso do Sul** - refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

(4) **Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções Construções e Linhas e Redes S/A** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026 e 2023 respectivamente.

(5) **Multi Energisa S/A** - contrato de prestação de serviços especializados em Call Center, firmado em, 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de setembro de 2022 no valor total de R\$26.832, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 806, em 24 de março de 2022;

(6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A, Energisa Paranaita Transmissora de Energia S/A, Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A, Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A e Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A** - refere-se ao custo transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025.

(7) **Fundo de Investimentos - FIDC** - referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão de créditos, realizados no período, vide nota explicativa nº 27.

## Notas Explicativas

(8) **Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A.**, Serviços aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

### Contrato de compartilhamento

Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições de mercado vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

### Remuneração dos administradores

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração Anual <sup>(1)</sup>	4.397	3.716
Remuneração da Diretoria	840	795
Outros Benefícios <sup>(2)</sup>	733	932

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021 foi aprovado na AGE de 28 de abril de 2022.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes, relativas ao mês de junho de 2022 foram de R\$76 e R\$2 (R\$72 e R\$2 em 30 de junho de 2021), respectivamente. A remuneração média em 30 de junho de 2022 foi de R\$21 (R\$19 em 30 de junho de 2021).

### Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP <sup>(1)</sup>	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP	5º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	10.325	8.476	9.565	11.292	17.686
Data de aprovação do Conselho de Administração	10 /05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022
Data de início <i>vesting</i>	02/05/ 2018	10/05/ 2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco <sup>(2)</sup>	8,2%	7,7%	5,26%	7,88%	12,55%
Volatilidade <sup>(3)</sup>	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%
Valor justo na data da outorga	R\$44,35	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

## Notas Explicativas

- (1) Em 13 de maio de 2021 e 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º e 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R\$370 representativo de 7.867 Units e R\$338 representativo de 7.681 Units, respectivamente já líquidos de imposto de renda retido na fonte, de responsabilidade do beneficiário.
- (2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,26% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 7,88% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2024). Para o 5º Programa: Taxa de juros = 12,55% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - D11J2025).
- (3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de junho de 2022 para os programas 3º, 4º e 5º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 30 de junho de 2022 foram contabilizados R\$205 (R\$231 em 30 de junho de 2021) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas - pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula ao final de 30 de junho de 2022 em R\$1.097 (R\$1.020 em 31 de dezembro de 2021).

## 11. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	-	12.204
Contribuição social sobre base negativa	108	5.237
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	45.168	46.887
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	16.260	16.879
<b>Total</b>	<b>61.536</b>	<b>81.207</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	15.503	39.705
Contribuição social sobre o Lucro Líquido	5.581	14.293
<b>Total</b>	<b>21.084</b>	<b>53.998</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>40.452</b>	<b>27.209</b>

## Notas Explicativas

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	-	-	48.815	12.204
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	1.200	108	58.184	5.237
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	18.428	6.265	23.119	7.860
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	4.072	1.384	5.431	1.847
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	41.405	14.078	37.624	12.792
Marcação a mercado - dívida	(14.480)	(4.923)	387	132
Ajuste a valor presente	821	279	1.146	390
Provisão ajuste atuarial	49.040	16.674	47.019	15.986
Marcação a mercado - derivativo	(47.531)	(16.161)	(158.817)	(53.998)
Parcela de VNR do ativo financeiro	55.873	18.997	59.582	20.258
Outras adições temporárias	11.031	3.751	13.240	4.501
<b>Total - Ativo não Circulante</b>	<b>119.859</b>	<b>40.452</b>	<b>135.730</b>	<b>27.209</b>

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercício	Realizações de créditos fiscais
2022	15.383
2023	6.016
2024	5.776
2025	6.336
2026	6.821
2027 e 2028	13.910
2029 a 2031	7.294
<b>Total</b>	<b>61.536</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>8.399</b>	<b>101.083</b>	<b>27.412</b>	<b>102.149</b>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(2.855)	(34.368)	(9.320)	(34.731)
<b>Ajustes</b>				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa etc.)	27	(7)	(125)	(204)
Lei do Bem	-	-	2.755	2.755
Outras exclusões permanentes <sup>(1)</sup>	402	910	701	790
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(2.426)</b>	<b>(33.465)</b>	<b>(5.989)</b>	<b>(31.390)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28,88%</b>	<b>33,11%</b>	<b>21,85%</b>	<b>30,73%</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006.

### Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros



## Notas Explicativas

de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores a restituir do passivo, que em 31 de dezembro de 2021 compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

### 12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela companhia e a Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$7.766 (R\$3.998 em 30 de junho 2021).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Movimentação	30/06/2022	31/12/2021
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 31/12/2021 e 31/12/2020</b>	<b>136.028</b>	<b>101.425</b>
Adições no período/exercício <sup>(1)</sup>	7.407	22.257
Baixas no período/exercício	(4)	(166)
Receitas de ativo financeiro indenizável da concessão <sup>(2)</sup>	7.766	12.512
<b>Ativo financeiro custo corrigido - não circulante - 30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>151.197</b>	<b>136.028</b>

<sup>(1)</sup> Adições no período/exercício: refere-se à transferência originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

<sup>(2)</sup> **Receita Operacional:** ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

### 13. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Saldos em 30/06/2022
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	64.761	114.541	(60.954)	(8.313)	110.035
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	45.249	16.834	(11.838)	(906)	49.339
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>19.512</b>	<b>97.707</b>	<b>(49.116)</b>	<b>(7.407)</b>	<b>60.696</b>

## Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 31/12/2021
<b>Ativo contratual - infraestrutura em construção</b>					
Em construção	57.020	134.464	(103.370)	(23.353)	64.761
<b>(-) Obrigações Vinculadas à Concessão</b>					
Em construção	39.904	22.101	(15.660)	(1.096)	45.249
<b>Total do ativo contratual - infraestrutura em construção</b>	<b>17.116</b>	<b>112.363</b>	<b>(87.710)</b>	<b>(22.257)</b>	<b>19.512</b>

(1) O montante de R\$49.116 (R\$87.710 em 31 de dezembro de 2021) foi transferido para o intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$7.407 (R\$22.257 em 31 de dezembro de 2021) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual - infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

## 14. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/06/2022
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	7.355	-	2.243	-	9.598
Máquinas e Equipamentos	14,91%	20.696	-	372	-	21.068
Veículos	14,29%	250	-	-	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.454	-	66	-	7.520
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>35.755</b>	<b>-</b>	<b>2.681</b>	<b>-</b>	<b>38.436</b>
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		(176)	-	-	(141)	(317)
Máquinas e Equipamentos		(15.104)	-	-	(729)	(15.833)
Veículos		(14)	-	-	(17)	(31)
Móveis e utensílios		(6.219)	-	-	(54)	(6.273)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(21.513)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(941)</b>	<b>(22.454)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>14.242</b>	<b>-</b>	<b>2.681</b>	<b>(941)</b>	<b>15.982</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>4.130</b>	<b>665</b>	<b>(2.681)</b>	<b>-</b>	<b>2.114</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>18.372</b>	<b>665</b>	<b>-</b>	<b>(941)</b>	<b>18.096</b>

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências (1)	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	-	-	7.355	-	7.355
Máquinas e Equipamentos	15,18%	18.494	-	2.202	-	20.696
Veículos	14,29%	-	-	250	-	250
Móveis e utensílios	6,25%	7.431	-	23	-	7.454
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>25.925</b>	<b>-</b>	<b>9.830</b>	<b>-</b>	<b>35.755</b>
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	(84)	(92)	(176)
Máquinas e Equipamentos		(13.483)	-	(1)	(1.620)	(15.104)
Veículos		-	-	(2)	(12)	(14)
Móveis e utensílios		(6.111)	-	-	(108)	(6.219)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(19.594)</b>	<b>-</b>	<b>(87)</b>	<b>(1.832)</b>	<b>(21.513)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>6.331</b>	<b>-</b>	<b>9.743</b>	<b>(1.832)</b>	<b>14.242</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>9.016</b>	<b>5.251</b>	<b>(10.137)</b>	<b>-</b>	<b>4.130</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>15.347</b>	<b>5.251</b>	<b>(394)</b>	<b>(1.832)</b>	<b>18.372</b>

(1) O montante de R\$394 em (31 de dezembro de 2021), refere-se às reclassificações para o Intangível - contrato de concessão.



## Notas Explicativas

### 15. Intangível

	30/06/2022	31/12/2021
Intangível - contrato de concessão	868.550	853.198
Intangível - direito de uso	1.252	1.644
Intangível - software	16.575	13.763
<b>Total</b>	<b>886.377</b>	<b>868.605</b>

#### 15.1 Intangível - Contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2021	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 30/06/2022
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,39%	2.103.399	60.954	(8.284)	-	2.156.069
Amortização Acumulada		(1.009.343)	(41)	7.663	(41.736)	(1.043.457)
<b>Subtotal</b>		<b>1.094.056</b>	<b>60.913</b>	<b>(621)</b>	<b>(41.736)</b>	<b>1.112.612</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,96%	444.874	11.838	-	-	456.712
Amortização Acumulada		(204.016)	(41)	-	(8.593)	(212.650)
<b>Subtotal</b>		<b>240.858</b>	<b>11.797</b>	<b>-</b>	<b>(8.593)</b>	<b>244.062</b>
<b>Total</b>		<b>853.198</b>	<b>49.116</b>	<b>(621)</b>	<b>(33.143)</b>	<b>868.550</b>

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 31/12/2020	Transferências <sup>(1)</sup>	Baixas <sup>(2)</sup>	Amortização <sup>(3)</sup>	Saldos em 31/12/2021
<b>Intangível Em Serviço</b>						
Custo	4,42%	2.014.826	105.081	(16.508)	-	2.103.399
Amortização Acumulada		(940.987)	(1.317)	13.817	(80.856)	(1.009.343)
<b>Subtotal</b>		<b>1.073.839</b>	<b>103.764</b>	<b>(2.691)</b>	<b>(80.856)</b>	<b>1.094.056</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Custo	3,93%	429.214	15.660	-	-	444.874
Amortização Acumulada		(187.427)	-	-	(16.589)	(204.016)
<b>Subtotal</b>		<b>241.787</b>	<b>15.660</b>	<b>-</b>	<b>(16.589)</b>	<b>240.858</b>
<b>Total</b>		<b>832.052</b>	<b>88.104</b>	<b>(2.691)</b>	<b>(64.267)</b>	<b>853.198</b>

(1) O montante de R\$49.116 (R\$88.104 em 31 de dezembro de 2021), foi transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$621 (R\$2.691 em 31 de dezembro de 2021), referem-se às baixas realizadas no período/exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) A Companhia reconheceu no período, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$2.154 (R\$4.201 em 31 de dezembro de 2021).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

## Notas Explicativas

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,39% (4,42% em 31 de dezembro de 2021).

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Contribuição do consumidor <sup>(1)</sup>	261.751	244.630
Participação da União, Estados e Municípios <sup>(2)</sup>	199.500	199.500
Reserva para reversão	5.669	5.956
Receitas de Ultrapassagem de Demanda <sup>(3)</sup>	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(212.650)	(204.016)
<b>Total</b>	<b>295.603</b>	<b>287.403</b>
<b>Alocação:</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão	2.202	1.296
Ativo contratual - infraestrutura em construção	49.339	45.249
Intangível - contrato de concessão	244.062	240.858
<b>Total</b>	<b>295.603</b>	<b>287.403</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

(3) **Receitas de Ultrapassagem de Demanda:** a Companhia passou pelo 4º ciclo de revisão tarifária e os valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente, a partir de dezembro de 2016, passaram a ser apropriados em passivos financeiros setoriais (CVA) - devoluções tarifárias conforme determina a Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e despacho da ANEEL nº 245 de 28 de janeiro de 2016.

### 15.2 Intangível - Direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2021	Amortização	Saldos em 30/06/2022
<b>Direito de uso - Imóveis</b>				
Custo	14,75%	5.317	-	5.317
Amortização Acumulada		(3.673)	(392)	(4.065)
<b>Total direito de uso</b>		<b>1.644</b>	<b>(392)</b>	<b>1.252</b>

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
<b>Direito de uso - Imóveis</b>							
Custo	19,45%	5.685	1.081	54	(1.503)	-	5.317
Amortização Acumulada		(2.585)	-	(54)	-	(1.034)	(3.673)
<b>Total direito de uso</b>		<b>3.100</b>	<b>1.081</b>	<b>-</b>	<b>(1.503)</b>	<b>(1.034)</b>	<b>1.644</b>

## Notas Explicativas

### 15.3 Intangível - Software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2021	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 30/06/2022
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	32.959	-	6.003	-	38.962
Amortização Acumulada		(24.707)	-	-	(1.522)	(26.229)
Em curso		5.511	4.334	(6.003)	-	3.842
<b>Total</b>		<b>13.763</b>	<b>4.334</b>	<b>-</b>	<b>(1.522)</b>	<b>16.575</b>

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 31/12/2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 31/12/2021
<b>Intangível - software</b>						
Custo	20,00%	28.307	-	4.652	-	32.959
Amortização Acumulada		(22.403)	-	-	(2.304)	(24.707)
Em curso		3.580	6.583	(4.652)	-	5.511
<b>Total</b>		<b>9.484</b>	<b>6.583</b>	<b>-</b>	<b>(2.304)</b>	<b>13.763</b>

## 16. Fornecedores

	30/06/2022	31/12/2021
CCEE <sup>(1)</sup>	14.655	23.619
Contratos bilaterais e CCEARs (leilão) <sup>(2)</sup>	156.851	170.529
Uso do sistema de transmissão/distribuição <sup>(2)</sup>	6.745	6.394
Encargos de serviços do sistema <sup>(3)</sup>	257	62.113
Conexão à rede <sup>(2)</sup>	2.587	2.634
Materiais, serviços e outros <sup>(4)</sup>	39.994	26.389
<b>Total</b>	<b>221.089</b>	<b>291.678</b>
Circulante	213.928	285.007
Não Circulante	7.161	6.671

<sup>(1)</sup> **CCEE**- A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu o piso, comparando maio-julho/22 com novembro-dezembro/21. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

<sup>(2)</sup> **Contratos bilaterais** - corresponde as aquisições de energia elétrica ocorrida no exercício, firmados com geradores apresentando variação expressiva do dólar, impactando de forma direta na despesa dos contratos de Itaipu e também devido aos reajustes de preços dos demais de contratos pelos índices de inflação (IPCA/IGP-M/INPC).

<sup>(3)</sup> **Encargos do serviço do sistema** - a diminuição dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à redução do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão de Segurança Energética. As chuvas do período úmido elevaram o nível dos reservatórios e, com a melhoria das condições hidrológicas, não há necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito.

<sup>(4)</sup> **Materiais, serviços e outros**: refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

## Notas Explicativas

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos da dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2022
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda Nacional</b>							
INPC	8.204	5.327	(406)	(193)	844	-	13.776
IPCA	138.636	-	(2.827)	(3.588)	11.480	-	143.701
CDI	113.135	-	-	-	6.988	-	120.123
Gastos com captação	(997)	-	-	-	129	-	(868)
<b>Total do custo</b>	<b>258.978</b>	<b>5.327</b>	<b>(3.233)</b>	<b>(3.781)</b>	<b>19.441</b>	<b>-</b>	<b>276.732</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>							
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Dólar	244.535	17.955	(35.408)	(2.771)	(12.388)	-	211.923
Euro	323.453	-	(125.563)	(1.346)	(50.000)	-	146.544
Gastos com captação	(52)	-	-	-	52	-	-
Marcação a mercado	200	-	-	-	-	(10.237)	(10.037)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>568.136</b>	<b>17.955</b>	<b>(160.971)</b>	<b>(4.117)</b>	<b>(62.336)</b>	<b>(10.237)</b>	<b>348.430</b>
<b>Total</b>	<b>827.114</b>	<b>23.282</b>	<b>(164.204)</b>	<b>(7.898)</b>	<b>(42.895)</b>	<b>(10.237)</b>	<b>625.162</b>
Circulante	283.793						259.535
Não circulante	543.321						365.627

	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>								
<b>Moeda Nacional</b>								
<b>Pós Fixado</b>								
INPC	-	8.089	(678)	(320)	1.113	-	-	8.204
IPCA	-	128.732	-	(4.369)	14.273	-	-	138.636
CDI	40.672	110.000	(40.000)	(1.173)	3.636	-	-	113.135
Gastos com captação	-	-	-	-	116	(1.113)	-	(997)
<b>Total do custo</b>	<b>40.672</b>	<b>246.821</b>	<b>(40.678)</b>	<b>(5.862)</b>	<b>19.138</b>	<b>(1.113)</b>	<b>-</b>	<b>258.978</b>
<b>Mensurados ao valor justo</b>								
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Dólar	237.781	140.000	(137.355)	(4.178)	8.287	-	-	244.535
Euro	326.369	-	-	(3.107)	191	-	-	323.453
Gastos com captação	(157)	-	-	-	105	-	-	(52)
Marcação a mercado	4.042	-	-	-	-	-	(3.842)	200
<b>Total ao valor justo</b>	<b>568.035</b>	<b>140.000</b>	<b>(137.355)</b>	<b>(7.285)</b>	<b>8.583</b>	<b>-</b>	<b>(3.842)</b>	<b>568.136</b>
<b>Total</b>	<b>608.707</b>	<b>386.821</b>	<b>(178.033)</b>	<b>(13.147)</b>	<b>27.721</b>	<b>(1.113)</b>	<b>(3.842)</b>	<b>827.114</b>
Circulante	179.518							283.793
Não circulante	429.189							543.321

## Notas Explicativas

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos	Vencimento	Amortização do principal	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021					
ESS X BNDES - 20.2.0497-1 (3)	143.701	138.636	IPCA + 2.10% a.a. + 3.00% a.a.	dez/34	Mensal a partir de ABR/22	8,01%	A + R
ESS X Energisa Prev Migração 2020 (5)	7.742	7.731	INPC + 4.91% a.a.	abr/30	Mensal a partir de JAN/21	8,03%	A
ESS X Energisa Prev Déficit de 2017 (6)	75	73	INPC + 5.45% a.a.	nov/33	Mensal a partir de JAN/21	8,30%	A
ESS X Energisa Prev Déficit 2017 2018 2019 (6)	398	400	INPC + 4.75% a.a.	ago/29	Mensal a partir de JAN/21	7,96%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 1ª SERIE (3)	9.827	9.255	CDI + 1.50% a.a.	ago/22	Final	6,17%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 2ª SERIE (3)	10.406	9.801	CDI + 1.50% a.a.	ago/23	Final	6,17%	A
ESS - NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE (3)	99.890	94.079	CDI + 1.50% a.a.	ago/24	Final	6,17%	A
ESS X ENERGISA PREV- Deficit 2020 (6)	4.872	-	INPC + 4.75% a.a.	fev/36	Mensal a partir de APR/22	7,96%	A
ESS X ENERGISA PREV- Deficit 2020 (6)	689	-	INPC + 5.17% a.a.	fev/38	Mensal a partir de APR/22	8,16%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(868)	(997)					
Total em Moeda Nacional	<u>276.732</u>	<u>258.978</u>					
Loan Citi - 4131 (1 e 3)	-	19.143	LIBOR + 1.70% a.a.	jun/22	Anual a partir de JUN/21	-4,32%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1 e 3)	-	19.147	LIBOR + 1.80% a.a.	jun/22	Anual a partir de JUN/21	-4,27%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	-	154.544	EURO + 0.87% a.a.	jun/22	Final	-12,81%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	64.428	68.646	USD + 2.20% a.a.	dez/22	Final	-5,05%	A
Merrill lynch Loan (1 e 3)	146.544	168.909	EURO + 0.73% a.a.	jan/23	Final	-12,88%	A
Scotiabank Loan - 14122021 (1)	129.146	137.599	USD + 1.98% a.a.	dez/24	Final	-5,15%	A
Citibank Loan Trade 61545 (1)	18.349	-	USD + 2.99% a.a.	set/22	Final	-4,66%	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(52)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	(10.037)	200					
Total em Moeda Estrangeira	<u>348.430</u>	<u>568.136</u>					
<b>Total</b>	<b><u>625.162</u></b>	<b><u>827.114</u></b>					

(\*) A = Aval Energisa S/A, R= Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 30- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (2) Em 30 de junho de 2022 estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 30- Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(\*) Para os financiamentos do BNDES, Scotiabank e Nota Promissória 3ª Emissão, o limite é de 4,25x até o vencimento

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2022. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do "hedge" cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos.
- (5) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívida.

## Notas Explicativas

- (6) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas. Os contratos têm como finalidade a cobertura dos déficits dos planos de previdência.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2022	31/12/2021
US\$ x R\$	-6,14%	7,39%
CDI	5,42%	4,42%
IPCA	5,49%	10,06%
LIBOR	0,97%	0,16%
Euro x R\$	-13,24%	-0,89%
INPC	5,61%	10,16%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2022
2023	15.917
2024	225.015
2025	12.916
2026	12.916
Após 2026	98.863
<b>Total</b>	<b>365.627</b>

## 18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 30/06/2022
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>								
CDI	97.324	-	-	(2.582)	5.659	-	-	100.401
IPCA	276.678	81.000	(57.144)	(9.728)	26.865	-	-	317.671
<b>Gastos com captação</b>	(3.420)	-	-	-	722	(3.289)	-	(5.987)
Marcação a mercado	187	-	-	-	-	-	(4.630)	(4.443)
<b>Total do custo</b>	<b>370.769</b>	<b>81.000</b>	<b>(57.144)</b>	<b>(12.310)</b>	<b>33.246</b>	<b>(3.289)</b>	<b>(4.630)</b>	<b>407.642</b>
Circulante	107.127							54.967
Não circulante	263.642							352.675

	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2021
<b>Mensuradas ao custo - pós fixado</b>						
CDI	130.876	(34.948)	(4.595)	5.991	-	97.324
IPCA	249.575	-	(12.834)	39.937	-	276.678
<b>Gastos com captação</b>	(4.665)	-	-	1.245	-	(3.420)
Marcação a mercado	22.823	-	-	-	(22.636)	187
<b>Total do custo</b>	<b>398.609</b>	<b>(34.948)</b>	<b>(17.429)</b>	<b>47.173</b>	<b>(22.636)</b>	<b>370.769</b>
Circulante	39.270					107.127
Não circulante	359.339					263.642

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

## Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	30/06/2022	31/12/2021							
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	-	56.034	15/06/2017	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	8,25%	SG
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	51.484	50.307	15/06/2017	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	8,28%	SG
Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	11.675	10.854	15/10/2017	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	7,71%	SG
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2.179	2.023	15/10/2017	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	7,82%	SG
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.068	3.770	15/10/2017	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	8,01%	SG
Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	37.625	35.551	15/10/2017	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Annual após out/20	5,84%	SG
Debêntures 4ª Emissão Série Única	89.774	85.285	15/09/2018	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Annual após set/23	8,00%	A
Debêntures 5ª Emissão	62.776	61.773	15/02/2020	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	5,99%	A
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	8.246	7.840	11/10/2020	6.880 / 6.880	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	7,58%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	63.703	60.565	11/10/2020	53.120 / 53.120	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Annual após out/28	7,70%	SG
Debêntures 7ª Emissão	86.542	-	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA+6,0996% a.a	jan / 32	Annual após jan/30	8,49%	A
Custos de captação incorridos na contratação	(5.987)	(3.420)							
Marcação à Mercado de Dívida+	(4.443)	187							
<b>Total</b>	<b>407.642</b>	<b>370.769</b>							

(\*)A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia.

Em 15 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R\$81.000 com vencimento em 15 de janeiro de 2032 e remuneração de IPCA mais 6,0996% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 11 de fevereiro de 2022 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

### Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x de março/21 até o vencimento para a 7ª Emissão	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2022, as exigências contratuais foram cumpridas.

### Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2022
2023	28.407
2024	81.122
2025	88.218
Após 2026	154.928
<b>Total</b>	<b>352.675</b>

## 19. Impostos e Contribuições Sociais

## Notas Explicativas

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS <sup>(1)</sup>	107.905	123.914
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.756	9.071
Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSSL	341	3.061
Contribuições ao PIS e a COFINS	15.208	15.514
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.844	1.881
Outros	6.529	6.566
Parcelamento de impostos <sup>(2)</sup>	14.217	22.365
<b>Total</b>	<b>147.800</b>	<b>182.372</b>
Circulante	63.303	99.799
Não Circulante	84.497	82.573

(1) Inclui: (i) R\$44.192 (R\$41.691 em 31 de dezembro de 2021) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante; e (ii) R\$38.517 (R\$34.481 em 31 de dezembro de 2022), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Os valores referentes ao ICMS incidentes sobre a TUSD são contabilizados, em contrapartida, a rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante.

(2) Parcelamento de Impostos:

A Companhia possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto à Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	ICMS
Principal	4.423
Multa	8.516
Juros	1.278
<b>Total parcelado</b>	<b>14.217</b>
Forma de adesão	Ordinário
Índice de atualização	SELIC
Vigência do parcelamento	04/2013 a 05/2023

A movimentação do período/exercício está demonstrada abaixo

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
<b>Saldo iniciais em 30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>22.365</b>	<b>37.278</b>
Atualização/juros	1.079	3.542
Baixas/Pagamentos	(9.227)	(18.455)
<b>Saldo finais em 30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>14.217</b>	<b>22.365</b>
Circulante	14.217	17.314
Não Circulante	-	5.051
Número de parcelas a vencer	11	17

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/06/2022
2022	8.914
Após 2023	5.303
<b>Total</b>	<b>14.217</b>

## 20. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.



## Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021 e fevereiro de 2022, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia Força e Luz do Oeste, Empresa Bragantina de Distribuição de Energia e Empresa Nacional de Distribuição de Energia, incorporadas pela Companhia em 2017. Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

A Companhia não obteve trânsito em julgado de algumas de suas ações, entretanto, diante da decisão do STF e o parecer da PGFN a Administração tem convicção de ser adequado o reconhecimento do crédito por ser mais do que provável a decisão favorável, o que levou a constituir ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$402.804 (R\$392.033 em 31 de dezembro de 2021) e passivo de R\$402.687 (R\$388.471 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado, líquido dos tributos incidentes sobre as atualizações financeiras. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recuperados como créditos fiscais das contribuições, deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico brasileiro. O repasse aos consumidores será definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e dependerá do efetivo aproveitamento dos créditos tributários conforme normas da Receita Federal do Brasil.

O resumo dos impactos são como segue:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS - circulante <sup>(1)</sup>	54.485	-	10.047	-
Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS - não circulante	348.319	-	381.986	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>(2)</sup>	-	(431.867)	-	(417.651)
Transferência para Passivo financeiro setorial - Repasse aos consumidores <sup>(3)</sup>	-	29.180	-	29.180
<b>Total do ativo e passivo não circulante</b>	<b>402.804</b>	<b>(402.687)</b>	<b>392.033</b>	<b>(388.471)</b>

Demonstração do resultado do período	30/06/2022	30/06/2021
<b>Receita operacional bruta</b>		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	(306.919)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	306.919
<b>Resultado financeiro</b>		
<b>Outras Receitas financeiras</b>		
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	15.311	77.949
<b>Outras Despesas financeiras</b>		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(14.216)	(77.949)
<b>Resultado apurado</b>	<b>1.095</b>	<b>-</b>

(<sup>1</sup>) A Companhia iniciou a compensação dos créditos em maio/2021. No período findo em 30 de junho de 2022, foram compensados R\$34.976 (R\$30.436 em dezembro de 2021) dos tributos a pagar.

(<sup>2</sup>) Deduzidos de R\$33.998 (R\$45.046 em 31 de dezembro de 2021) referente aos custos com advogados, consultorias e tributos.

(<sup>3</sup>) A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.893, Nota Técnica nº 150/2021-SGT/ANEEL de 05 de julho de 2021, homologou a revisão tarifária da Companhia, a vigorar a partir de 12 de julho de 2021, que incorporou em sua tarifa de energia elétrica R\$29.180, referente aos créditos da exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, tendo em vista o trânsito em julgado de sua ação judicial, resultando na redução de -1,56% a ser repassado aos consumidores a partir de 13 de julho de 2021. Em 30 de junho de 2022 os valores foram reclassificados para a rubrica de passivo financeiro setorial em consonância ao OCPC08.

## 21. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

## Notas Explicativas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

### Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2022	31/12/2021
Saldos iniciais-31/12/2021 e 31/12/2020	7.261	10.760	25	5.073	23.119	25.387
Constituições de provisões	2.759	2.844	-	168	5.771	10.029
Reversões de provisões	(404)	(508)	-	(2.857)	(3.769)	(8.545)
Pagamentos realizados	(2.093)	(3.060)	-	-	(5.153)	(5.749)
Atualização monetária	319	99	-	(1.958)	(1.540)	1.997
<b>Saldos finais-30/06/2022 e 31/12/2021</b>	<b>7.842</b>	<b>10.135</b>	<b>25</b>	<b>426</b>	<b>18.428</b>	<b>23.119</b>
Cauções e depósitos vinculados (*)					(2.210)	(2.456)

(\*) A Companhia possui cauções e depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$85.597 (R\$81.572 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, R\$53.700 (R\$51.384 em 31 de dezembro de 2021) corresponde aos depósitos referente ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontra-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais, e R\$29.687 (R\$27.732 em 31 de dezembro de 2021) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

#### • Trabalhistas

As ações trabalhistas discutem principalmente de horas extras, adicional de periculosidade, verbas contratuais, ações relacionadas a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias e vínculo empregatício.

#### • Cíveis

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica por falta de pagamento, irregularidades no aparelho de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica.

#### • Regulatórias

Processos de contingencias regulatórias junto à ANEEL, referente a susposto descumprimento de preceito regulatório.

### Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

## Notas Explicativas

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2022	31/12/2021
Saldos iniciais-31/12/2021 e 31/12/2020	40.256	31.776	53.739	3.262	129.033	113.611
Novos processos	47	1.121	756		1.924	8.910
Mudanças de prognósticos e valor perdido	263	(33)	(163)	(187)	(120)	7.062
Encerramento	(2.172)	(4.759)			(6.931)	(9.260)
Atualização monetária	2.216	1.747	2.788	164	6.915	8.710
Saldos finais-30/06/2022 e 31/12/2021	40.610	29.852	57.120	3.239	130.821	129.033

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referentes às ações consideradas com risco possível:

- Trabalhistas**

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, verbas rescisórias, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados, reclamando horas extras, sobreaviso e verbas rescisórias/contratuais.

- Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede e danos elétricos.

- Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à Subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização, (iii) saldo negativo de IRPJ e (iv) CSLL.

- Regulatórias**

Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL.

## 22. Encargos setoriais

	30/06/2022	31/12/2021
Conta de desenvolvimento Energético - CDE <sup>(1)</sup>	3.285	3.252
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	470	777
Ministério de Minas e Energia - MME	235	391
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	1.099	2.946
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	18.286	17.418
Programa de Eficiência Energética - PEE	17.639	19.502
<b>Total</b>	<b>41.014</b>	<b>44.286</b>
Circulante	28.581	30.287
Não circulante	12.433	13.999

<sup>(1)</sup> Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme Despacho nº 939, DE 5 DE ABRIL DE 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004,

## Notas Explicativas

nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic. A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante nas contas destacadas.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

### 23. Outros passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Salários a pagar	605	669
Participações empregados	153	7.268
Outros Benefícios a empregados	2.294	1.133
Entidade seguradora	99	993
Retenção de caução contratual empreiteiras	4.532	4.448
Adiantamentos de consumidores	7.246	6.684
Bônus de redução voluntária de consumo (*)	350	32.072
Incorporação de redes	3.254	1.466
Taxas - Faturamento	1.556	1.563
Repasse - Doação	230	268
Telefônica Brasil S.A	7.023	10.407
Outras contas a pagar	2.625	2.146
<b>Total</b>	<b>29.967</b>	<b>69.117</b>
Circulante	27.739	63.498
Não circulante	2.228	5.619

(\*) Vide nota explicativa nº 7.3 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

### 24. Patrimônio líquido

#### 24.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$534.717 (R\$534.717 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 31 de dezembro de 2021) todas nominativas sem valor nominal.

#### 24.2 Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R\$47.773, equivalentes a R\$491,932720776 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 25 de março de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 16 de março de 2022.

## Notas Explicativas

### 24.3 Antecipação de dividendos do exercício de 2022

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de agosto de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2022, no montante de R\$5.675, equivalentes a R\$58,435525476 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 12 de agosto de 2022, com base na posição acionária da Companhia em 11 de agosto de 2022.

## 25. Receita operacional

	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	727.922	783.891	280.651	657.649	706.343	804.484	273.143	562.841
Industrial	3.988	122.702	45.911	99.734	3.981	137.405	47.957	93.996
Comercial	63.550	332.090	122.971	285.382	62.274	329.816	112.427	231.658
Rural	43.516	155.356	45.928	102.473	47.417	177.015	47.847	88.692
Poder público	7.142	59.290	21.821	47.891	6.902	46.931	15.756	31.945
Iluminação pública	712	88.426	19.325	44.846	670	103.548	19.530	42.546
Serviço público	1.255	75.072	24.633	55.159	1.261	75.425	24.881	44.983
Consumo próprio	191	2.032	-	-	180	2.006	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>848.276</b>	<b>1.618.859</b>	<b>561.240</b>	<b>1.293.134</b>	<b>829.028</b>	<b>1.676.630</b>	<b>541.541</b>	<b>1.096.661</b>
Suprimento de energia a concessionárias	-	202.648	9.825	33.340	-	89.432	13.752	21.561
Fornecimento não faturado líquido	-	(14.640)	(31.378)	(16.924)	-	(32.218)	(22.114)	9.879
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	309	-	80.731	166.629	268	-	83.304	155.812
Receita de construção de infraestrutura <sup>(1)</sup>	-	-	50.140	79.639	-	-	22.616	43.789
Efeitos da redução do ICMS na Base de Cálculo do Pis e da Cofins - outros passivos	-	-	-	-	-	-	(306.920)	(306.920)
Efeitos da redução do ICMS na Base de Cálculo do Pis e da Cofins - tributos a recuperar	-	-	-	-	-	-	306.920	306.920
Penalidades Regulatórias	-	-	(628)	(1.389)	-	-	(392)	(1.009)
Valor Justo Ativo Financeiro Indenizável de Concessão	-	-	4.241	7.766	-	-	1.809	3.998
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	(1.854)	(70.204)	-	-	38.711	79.649
Subvenções vinculadas ao Serviço concedido	-	-	26.887	56.647	-	-	29.808	61.069
Outras receitas operacionais	-	-	15.392	29.544	-	-	10.727	21.035
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>848.585</b>	<b>1.806.867</b>	<b>714.596</b>	<b>1.578.182</b>	<b>829.296</b>	<b>1.733.844</b>	<b>719.762</b>	<b>1.492.447</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>								
ICMS	-	-	129.102	301.686	-	-	128.579	262.678
PIS	-	-	8.531	19.172	-	-	10.709	22.973
COFINS	-	-	39.294	88.306	-	-	49.330	105.817
ISS	-	-	6	9	-	-	4	9
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT	-	-	-	-	-	-	(3.356)	(5.627)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.474	3.400	-	-	1.753	3.609
Encargos de consumidor - Procel	-	-	369	850	-	-	438	902
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	97.491	197.084	-	-	57.038	127.509
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	737	1.700	-	-	876	1.804

## Notas Explicativas

	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de Consumidores	MWh	R\$	R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos - FNDCT	-	-	737	1.700	-	-	876	1.804
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	369	850	-	-	438	902
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	450	899	-	-	490	980
<b>Total - deduções receita operacional</b>	-	-	<b>278.560</b>	<b>615.656</b>	-	-	<b>247.175</b>	<b>523.360</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>848.585</b>	<b>1.806.867</b>	<b>436.036</b>	<b>962.526</b>	<b>829.296</b>	<b>1.733.844</b>	<b>472.587</b>	<b>969.087</b>

(1) **Receita de construção de infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção de infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

## 26. Energia elétrica comprada para revenda

	MWH <sup>(1)</sup>		Energia elétrica comprada p/revenda R\$			
	30/06/2022	30/06/2021	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Energia de Itaípi - Binacional	362.656	374.843	52.226	103.105	79.714	148.218
Energia de leilão	766.144	712.036	70.638	148.406	68.008	138.861
Energia bilateral	277.361	295.544	43.271	88.768	34.446	70.400
Cotas de Angra REN 530/12	68.099	71.498	11.750	23.221	11.191	18.904
Energia de curto prazo - CCEE <sup>(1)</sup>	-	7.504	(5.777)	30.928	36.695	89.166
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória ANEEL nº 1.410/2013	491.372	490.190	31.859	62.129	37.546	71.427
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	36.346	37.220	15.363	30.726	9.789	19.578
Energia de reserva - ERR (-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	12.606	23.238	10.841	12.175
<b>Total</b>	<b>2.001.978</b>	<b>1.988.835</b>	<b>209.392</b>	<b>461.819</b>	<b>261.506</b>	<b>515.645</b>

(1) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaípu, efeito dos encargos de serviços do sistema e de energia de reserva.

(\*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 27. Outros resultados

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
<b>Outras receitas</b>				
Ganho na desativação/alienação de bens/direitos	-	168	2.476	5.649
Resultado com cessão de créditos FIDC <sup>(a)</sup>	-	-	-	2.298
Outras	-	-	(33)	-
	<u>-</u>	<u>168</u>	<u>2.443</u>	<u>7.947</u>
<b>Outras despesas</b>				
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	390	(472)	181	(658)
Outras	(1.867)	(3.346)	(1.082)	(2.179)
	<u>(1.477)</u>	<u>(3.818)</u>	<u>(901)</u>	<u>(2.837)</u>
<b>Total</b>	<u>(1.477)</u>	<u>(3.650)</u>	<u>1.542</u>	<u>5.110</u>

<sup>(a)</sup> Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento. Em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a custo amortizado os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs.

### 28. Lucros por ação

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do período	67.618	70.759
Média ponderada de ações ordinárias	97	97
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária <sup>(*)</sup> - R\$</b>	<u><b>697,09</b></u>	<u><b>729,47</b></u>

<sup>(\*)</sup> A Companhia não possui instrumento diluidor.

### 29. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2022	31/12/2021
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	634	634
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	311	311
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2022	Até R\$360 / veículo	43	43
Vida em Grupo Acidentes Pessoais <sup>(*)</sup>	31/01/2023	56.815	172	172
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	29	29
Transporte Nacional	04/04/2023	Até R\$5.000/viagem	8	15
Responsabilidade do Explorador ou Transporte - R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	3	3
			<u><b>1.200</b></u>	<u><b>1.207</b></u>

<sup>(\*)</sup> Importância Segurada relativa ao mês de maio/2022 e projeção de prêmio anualizado.



## Notas Explicativas

### 30. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$7.766 (R\$12.512 em 31 de dezembro de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalente de caixa		61.681	61.681	131.528	131.528
Consumidores e concessionárias		410.204	410.204	489.377	489.377
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349	2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais		128.139	128.139	236.648	236.648
		<b>602.373</b>	<b>602.373</b>	<b>859.902</b>	<b>859.902</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.934	1.934	99.474	99.474
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	151.197	151.197	136.028	136.028
Instrumentos financeiros derivativos	2	84.919	84.919	191.914	191.914
		<b>238.050</b>	<b>238.050</b>	<b>427.416</b>	<b>427.416</b>

PASSIVO	Nível	30/06/2022		31/12/2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		221.089	221.089	291.678	291.678
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.032.804	1.035.793	1.197.883	1.201.028
Arrendamento operacional		1.325	1.325	1.716	1.716
Passivos financeiros setoriais		15.232	15.232	52.452	52.452
		<b>1.270.450</b>	<b>1.273.439</b>	<b>1.543.729</b>	<b>1.546.874</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	37.388	37.888	33.097	33.097
		<b>37.388</b>	<b>37.888</b>	<b>33.097</b>	<b>33.097</b>

#### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os



## Notas Explicativas

contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### “Hedge Accounting”

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2022 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$4.630 (R\$11.084 em 30 de junho de 2021) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2022, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período findo, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$10.237 (R\$1.137 em 30 de junho de 2021) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição, não tem impacto significativo.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas

## Notas Explicativas

regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Dívida (*)	1.032.804	1.197.883
Caixa e equivalentes de caixa	(61.681)	(131.528)
<b>Dívida líquida</b>	<b>971.123</b>	<b>1.066.355</b>
Patrimônio líquido	555.728	594.369
Índice de endividamento líquido	1,75	1,79

(\*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		213.928	-	-	-	7.161	221.089
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,73%	162.567	164.046	497.760	94.657	417.864	1.336.894
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		6.670	(9.034)	(21.028)	(4.975)	(19.164)	(47.531)
<b>Total</b>		<b>383.165</b>	<b>155.012</b>	<b>476.732</b>	<b>89.682</b>	<b>405.861</b>	<b>1.510.452</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

## Notas Explicativas

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	61.681	131.528
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	1.934	99.474
Consumidores e concessionárias	5	410.204	489.377
Títulos de crédito a receber		2.349	2.349
Ativos financeiros setoriais	8	128.139	236.648
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	151.197	136.028
Instrumentos financeiros derivativos	30	84.919	191.914

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17 é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2022 com queda de 6,14% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$5,5805 / USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 30 de junho de 2022 era de 13,82%, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi de 10,79%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de junho de 2022 com queda de 13,24% sobre 31 de dezembro de 2021, cotado a R\$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,97% em 30 de junho de 2022.

## Notas Explicativas

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2022, excluídos os efeitos dos custos a apropriar, de R\$1.039.659 (R\$1.202.358 em 31 de dezembro de 2021), R\$348.430 (R\$568.188 em 31 de dezembro de 2021) estão representados em moedas estrangeiras.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm vencimento de longo prazo, último vencimento em dezembro de 2024.

Em 30 de junho de 2022, a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação das moedas estrangeiras se apresentam conforme segue.

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante	35.827	94.347
Ativo não circulante	49.092	97.567
<b>Total do ativo</b>	<b>84.919</b>	<b>191.914</b>
Passivo circulante	33.463	33.097
Passivo não circulante	3.925	-
<b>Total do passivo</b>	<b>37.388</b>	<b>33.097</b>

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,5840%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Merrill Lynch	26.675	EUR + 0,8538%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	24.635	USD + 2,33%	CDI + 1,60%	17/12/2024	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	3.500	USD + 3,5176%	CDI + 1,50%	21/09/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA x ESS	22.121	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	16.511	IPCA + 5,6601%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	8.580	IPCA + 4,4885%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	1.599	IPCA + 4,7110%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú x ESS	70.000	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
J.P. Morgan x ESS	55.648	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	N.A
Bank of America x ESS	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	N.A
BR Partners x ESS	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge

## Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “*fair value hedge*”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Dívida designada para “Fair Value Option”	330.927	444.472	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(348.427)	(568.303)
			<b>Posição Ativa</b>		
	330.927	444.472	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	348.427	568.303
Swap Cambial (Derivativo)			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(334.843)	(447.925)
			Posição Líquida Swap	13.584	120.378
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(334.843)</b>	<b>(447.925)</b>

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value hedge”	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2022	31/12/2021		30/06/2022	31/12/2021
Dívida (Objeto de “ <i>hedge</i> ”) <sup>(1)</sup>	265.775	227.819	Taxa Pré-Fixada	(242.176)	(208.273)
			<b>Posição Ativa</b>		
	265.775	227.819	Taxa Pré-Fixada	308.950	271.916
Swap de Juros (Instrumento de “ <i>hedge</i> ”)			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(275.003)	(233.477)
			Posição Líquida Swap	33.947	38.439
			<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>	<b>(208.229)</b>	<b>(169.834)</b>

<sup>(1)</sup> Os empréstimos designados formalmente como “*Fair Value hedge*” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Risco

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

## Notas Explicativas

### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial 30 de junho de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			(Provável) (1)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
<b>Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR</b>	(330.927)		(298.623)	(377.654)	(456.685)
Varição Dívida	-		32.304	(46.727)	(125.758)
<b>Swap Cambial</b>		Alta USD			
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	348.427		316.123	395.154	474.185
Varição - USD e LIBOR	-		(32.304)	46.727	125.758
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(334.843)		(334.843)	(334.843)	(334.843)
Varição	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	13.584		(18.720)	60.311	139.342
<b>Total Líquido</b>	<b>(317.343)</b>		<b>(317.343)</b>	<b>(317.343)</b>	<b>(317.343)</b>

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento delas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 30 de junho de 2022, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$317.343 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$317.343 em ambos os casos.

## Notas Explicativas

### b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2022, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
				Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(265.775)		(265.775)	(265.775)	(265.775)
Swap de Juros	-		-	-	-
Posição Ativa		Alta CDI			
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa Pré	308.950		308.950	308.950	308.950
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(275.003)		(275.003)	(281.683)	(288.301)
Variação	-		-	(6.680)	(13.298)
Subtotal	33.947		33.947	27.267	20.649
<b>Total Líquido</b>	<b>(231.828)</b>		<b>(231.828)</b>	<b>(238.508)</b>	<b>(245.126)</b>

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2022 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 5,42% ao ano e TJLP = 3,17% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	45.113	Alta CDI	5.977	7.471	8.966
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(334.843)	Alta CDI	(44.367)	(55.459)	(66.551)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(220.524)	Alta CDI	(29.219)	(36.524)	(43.829)
	(456.929)	Alta IPCA	(25.085)	(31.356)	(37.628)
	(13.776)	Alta INPC	(773)	(966)	(1.160)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(1.026.072)</b>		<b>(99.444)</b>	<b>(124.305)</b>	<b>(149.168)</b>
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(980.959)</b>		<b>(93.467)</b>	<b>(116.834)</b>	<b>(140.202)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de junho de 2023 (13,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2022, IPCA 5,49% ao ano, INPC 5,61% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$13.587.

### Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## 31. Benefícios pós-emprego

### 31.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão



## Notas Explicativas

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, um plano de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Em 30 de junho de 2022, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.592 (R\$1.582 em 30 de junho de 2021).

### 31.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

**Pós pagamento:** As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

**Pré pagamento:** As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No período findo em 30 de junho de 2022 as despesas com o plano de saúde foram de R\$4.612 (R\$3.411 em 30 de junho de 2021). Inclui R\$34 (R\$257 em 30 de junho de 2021) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

## 32. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia:

Contrato de compra de energia (*)					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025
2022 a 2054	445.834	852.880	842.618	808.667	9.303.376

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do período de 30 de junho de 2022 e foram homologados pela ANEEL.

## 33. Informações adicionais ao fluxo de caixa



## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Outras transações não caixa</b>		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	7.407	22.257
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	7.766	12.512
<b>Atividades Operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	19.623	7.486
Adição/baixas - arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	(422)
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	19.623	7.486
Líquido - Intangível - CPC 06 (R2)	-	(422)
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos - repactuação déficit atuarial	-	473

## 34. Eventos subsequentes

### 34.1 Emissão de Nota Comercial

Em 06 de julho de 2022 a companhia Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A efetuou a 1ª emissão de Nota Comercial em moeda corrente no montante de R\$150.000, com vencimento em 06 de julho de 2026 e remuneração de CDI mais 1,55% ao ano, os recursos foram disponibilizados em 06 de julho de 2022, os recursos foram destinados à gestão ordinária dos negócios da Emitente

### 34.2 Reajuste Tarifário - controlada ESS

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.012, de 05 de julho de 2022, aprovou o reajuste tarifário da controlada ESS, em vigor a partir de 12 de julho de 2022, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 11,52%.

---- \* ----

## **Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva**

**RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Aos Acionistas e Administradores da  
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.  
Presidente Prudente – SP

**Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

**Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

**Valores correspondente ao exercício e período anteriores**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre demonstrações financeiras e relatório de revisão sobre informações financeiras intermediárias em 16 de março de 2022 e 12 de agosto de 2021, respectivamente, sem modificações.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

**Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

Não se aplica à Companhia.

**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Informações financeiras intermediárias da Companhia do período de 1º de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Informações financeiras intermediárias da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 11 de agosto de 2022.

Gabriel Alves Pereira Junior  
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro

Rodrigo Brandão Fraiha  
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo  
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo  
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho  
Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador CRC MG 042523/O-7 “S” SP

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes do período de 1º de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 11 de agosto de 2022.

Gabriel Alves Pereira Junior  
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro

Rodrigo Brandão Fraiha  
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo  
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo  
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho  
Diretor sem designação específica

Vicente Côrtes de Carvalho  
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
Contador CRC MG 042523/O-7 “S” SP